

Orçamento tem de ser mudado

O Orçamento Geral da União deste ano é o primeiro obstáculo para a proposta do governo de centralizar os investimentos da área social sob uma coordenação única a ser entregue ao PSDB. Os recursos estão pulverizados em diversos ministérios e é difícil até mesmo identificar o que seja de fato o investimento social. O Artigo 167 da Constituição impede a transferência de recursos de um órgão para outro sem autorização prévia do Congresso. Assim, o governo teria de enviar ao Congresso uma nova proposta de orçamento.

Restaria a possibilidade de cada ministro abrir mão de suas verbas de caráter social, com um destaque orçamentário, permitindo que fossem aplicadas por um único coordenador. Essa fórmula foi adotada no ano passado pelos ex-ministros Carlos Chiarelli e Margarida Procópio, quando colocaram recursos à disposição dos Ciacs, centralizados nas mãos de Alceni Guerra. No Orçamento Geral da União deste ano, a maior fatia de recursos para a área social, de Cr\$ 4,7 trilhões (valores de fevereiro), pertence à Ação Social, de Ricardo Fiúza.

De todo o orçamento, uma massa de Cr\$ 478,4 trilhões, o governo destinou Cr\$ 31,2 trilhões para investir em 92, dos quais Cr\$ 13,7 trilhões estão destinados à área social. Os Cr\$ 4,7 trilhões da Ação Social se destinam basicamente a projetos de habitação e saneamento.